

**“ É FUNDAMENTAL
O AUMENTO DE
RECURSOS E A
MELHORIA DE
RESPOSTAS ”**



ENTREVISTA COM JOÃO FERREIRA, DEPUTADO EUROPEU

**“É NECESSÁRIO O REFORÇO DE MEIOS E
PROFISSIONAIS E A SUA ADEQUADA REMUNERAÇÃO.
E É URGENTE UM REFORÇO ORÇAMENTAL”**

É inegável que o grupo parlamentar do Partido Comunista Português tem sido dos mais ativos, ao longo dos últimos anos, não apenas a denunciar a fragilidade das respostas em CAD após a extinção do IDT mas igualmente a apresentar propostas concretas que visam a melhoria de um modelo que já foi consagrado como um exemplo a seguir a nível mundial. Têm sido várias as visitas realizadas por deputados daquele grupo a várias estruturas de CAD e, recentemente, no âmbito da apreciação na especialidade do Orçamento do Estado para 2021, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou propostas na área dos comportamentos aditivos e dependências com o objetivo de reforçar a capacidade de resposta pública, nomeadamente a criação de uma entidade com autonomia administrativa e financeira que agregue todas as respostas, serviços e valências que intervêm na área dos comportamentos aditivos e dependências nas vertentes da prevenção, dissuasão, redução de riscos e minimização de danos, tratamento e reinserção, que permita dar coerência à intervenção nesta área e ponha fim aos espartilho de serviços; a contratação de 100 trabalhadores para os centros de respostas integradas, unidades de alcoologia e de desabituação, para reforçar a resposta dos serviços públicos; e o reforço do financiamento em mais 1 milhão de euros para os programas de redução de riscos e minimização de danos. Sobre esta iniciativa e outras perspetivas na área dos CAD, Dependências entrevistou João Ferreira...

Desde a tomada de decisão política que resultou na extinção do IDT e consequente espartilhamento e desqualificação das respostas, o PCP tem vindo a adotar uma postura crítica, mas igualmente construtiva, apresentando medidas concretas que visam requalificar um modelo de intervenção que já foi um modelo à escala mundial. Como encara o arrastamento no tempo de todo este processo?

João Ferreira (JF) – Em primeiro lugar, quero agradecer a oportunidade de me dirigir a todos os profissionais que intervêm em matéria de comportamentos aditivos e áreas conexas, a quem o País deve um grande empenhamento e abnegação, ao longo dos anos, fazendo frente a tantas dificuldades e, agora, a esta grave situação sanitária, económica e social. Relativamente à questão colocada, creio que a decisão do PSD/CDS de desmantelar em 2011 a resposta integrada do País em matéria de toxicodependências, com a extinção do IDT, foi profundamente errada e negativa e só aconteceu devido ao preconceito desse governo contra o serviço público e em benefício de uma tendencial privatização das suas valências. Foi então abandonado o “modelo português”, que tinha ganho prestígio mundial e era seguido em muitos países e organizações internacionais. O modelo assentava na legislação humanista do ano 2000 e na intervenção do IDT, que conseguiram uma efetiva regressão do consumo de drogas ilícitas e uma sensível melhoria em aspetos conexas, acabando assim com a situação de flagelo nacional herdada dos governos anteriores, nomeadamente dos governos PSD-Cavaco Silva. Desde 2011, à medida



Num dia dedicado às matérias da toxicodependência e comportamentos aditivos João Ferreira reuniu com João Goulão para se inteirar dos problemas que afetam o país.

que os problemas se foram agravando, apesar da resistência dos profissionais e do SICAD, várias propostas, designadamente do PCP, procuraram travar a evolução negativa. Foram aprovadas na Assembleia da República, após 2015, resoluções políticas e normativos orçamentais para refundar uma estrutura integrada pública e nacional de resposta às toxicodependências, mas o que se constata é que os governos do PS, devido às suas contradições e cedências, não cumpriram e continuam a adiar as medidas necessárias. É uma situação em que um Presidente da República que esteja ao serviço do povo e do País deve intervir, para que se concretizem as decisões.

Desde essa altura (extinção do IDT), o país não voltou a ter uma verdadeira estrutura coordenadora, agregadora e dotada de autonomia administrativa e financeira para gerir a área dos comportamentos aditivos e as dependências, algo que também gerou uma insatisfação generalizada entre a comunidade de profissionais que contribuíram para a construção do modelo português. Que efeitos considera ter gerado este processo e que solução poderia ser adotada no imediato?

JF – Este processo conduziu à desarticulação de respostas e, por vezes, à sua ineficácia em tempo útil. Neste quadro epidémico, tudo se tem agravado. Há utentes que abandonam tratamentos e regista-se a paralisação de alguns serviços, faltam recursos e meios humanos, que em certos casos estão desaproveitados, insatisfeitos e até desmoralizados. No imediato, é necessário iniciar o processo de refundação de um serviço nacional público e integrado de resposta às dependências e comportamentos aditivos. Para isso e para melhorar a intervenção é necessário o reforço de meios e profissionais e a sua adequada remuneração. E é urgente um reforço orçamental.

Enquanto deputado europeu já testemunhou algum tipo de reações por parte dos seus congéneres face à degradação do modelo de intervenção português?

JF – Esta é uma área de responsabilidade nacional, em que a intervenção da UE é complementar da ação dos Estados. Infelizmente, não são frequentes os debates no Parlamento Europeu sobre esta temática. Apesar disso, em 2017, tomei iniciativa de questionar a Comissão Europeia sobre o desinvestimento/subfinanciamento das áreas relacionadas com a prevenção, no quadro mais geral da degradação do “modelo português”, realidade indissociável do conteúdo e impactos dos programas de intervenção UE-FMI. Defendi também um aumento do financiamento ao Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência e um reforço das verbas da UE destinadas à prevenção e informação.

É comum ouvir-se, no seio dos profissionais de CAD, que atualmente não é apelativo nem compensatório trabalhar nesta área e, na verdade, a estrutura perdeu muitos dos profissionais que tinha e a necessária regeneração não se tem observado, havendo até obstáculos à contratação. Que sugestões apresenta o PCP neste domínio?

JF – Quanto à carência de profissionais, que é vital suprir, uma das propostas que o PCP apresentou, no âmbito da discussão do Orçamento de Estado para 2021, foi a contratação urgente de médicos, psicólogos, enfermeiros e assistentes técnicos para as diversas unidades de intervenção nesta área. Por outro lado, coloca-se a questão do aumento dos salários, melhorias ao nível dos subsídios, dos horários, a valorização das carreiras, a defesa e consagração de direitos através da contratação coletiva. Há ainda medidas de carácter mais geral, do reforço dos serviços públicos a uma maior justiça fiscal. A lista é extensa, e uma boa parte das medidas passa por um OE que responda ao País e não aos ditames dos interesses económicos ou aos condicionalismos impostos pela UE. Também o Presidente da República deve exercer a sua magistratura de influência no sentido de contribuir para resolver estes problemas.

Sendo os comportamentos aditivos e as dependências problemáticas multifatoriais e que têm na origem muitos problemas sociais, que tipo de medidas deveriam ser implementadas no imediato no sentido de minimizar os efeitos mais nefastos entre estas populações?

JF – A gravidade da situação económica e social constitui o caldo de cultura para o agravamento das dependências e comportamentos aditivos. É uma situação que exige respostas de emergência a montante - aumento de salários para todos os trabalhadores, de reformas, pensões e prestações sociais, reforço dos serviços públicos, combate à precariedade e ao desemprego, apoio real às micro e pequenas empresas, investimento público, reforço da produção nacional, controlo público de empresas estratégicas, apoio à cultura, desporto e associativismo. São decisivas as respostas em saúde pública, na prevenção e combate ao vírus, mas também nos cuidados primários, nas restantes dimensões dos cuidados hospitalares e nos paliativos. Em matéria de dependências, é fundamental o aumento de recursos e a melhoria de respostas na prevenção e tratamento, no controlo de riscos e danos e na reinserção social, numa intervenção integrada, como temos defendido.

Como é sabido, neste contexto de pandemia, foram vários os serviços dedicados aos comportamentos aditivos e as dependências que encerraram ou viram as suas respostas limitadas, elevando-se neste âmbito o trabalho desempenhado pelas equipas de redução de danos, também elas bastante depauperadas ao nível financeiro e de outros recursos. Em que medida seria justo rever os modelos de concurso e de financiamento destas estruturas?

JF – realidade está identificada na pergunta. Nesse sentido, o que temos defendido é a contratação urgente de trabalhadores e a agilização dos respetivos concursos, que não podem tornar-se manobra dilatatória do problema, e propusemos no OE 2021 a transferência para o SICAD de um milhão de euros dirigidos, no imediato, aos programas de redução de riscos e minimização de danos, no quadro da resposta integrada e reforçada.



João Ferreira em visita ao Centro das Taipas, “Esta é uma estrutura ímpar cujos profissionais dedicados merecem aplausos, mas sobretudo reconhecimento profissional e o reforço dos meios com que trabalham”